



CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA/RS
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025

**EDITAL Nº 05/2026 – DIVULGAÇÃO DOS GABARITOS DEFINITIVOS DAS PROVAS TEÓRICO-
OBJETIVAS**

O Sr. José Clemente da Silva Corrêa, Presidente da Câmara Municipal de Uruguaiana/RS, no exercício de suas atribuições, por este edital, para conhecimento dos interessados, nos termos e prazos estabelecidos no Edital de Abertura nº 01/2025, torna pública a presente divulgação para informar o que segue:

1. DAS JUSTIFICATIVAS PARA MANUTENÇÃO/ALTERAÇÃO DOS GABARITOS PRELIMINARES DAS PROVAS TEÓRICO-OBJETIVAS

1.1. Foi realizada a avaliação dos recursos interpostos pelos candidatos durante o período de 10 a 12/02/2026, e justifica-se a manutenção ou alteração dos Gabaritos Preliminares das Provas Teórico-Objetivas no Anexo I deste Edital.

2. DOS GABARITOS DEFINITIVOS

2.1. Os Gabaritos Definitivos das Provas Teórico-Objetivas encontram-se no Anexo II deste edital.

3. DOS ANEXOS

3.1. É parte integrante do presente edital:

ANEXO I – Justificativas para Manutenção/Alteração dos Gabaritos Preliminares;

ANEXO II – Gabaritos Definitivos.

Uruguaiana/RS, 27 de fevereiro de 2026.

José Clemente da Silva Corrêa
Presidente da Câmara Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA/RS

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025

ANEXO I – JUSTIFICATIVAS PARA MANUTENÇÃO/ALTERAÇÃO DOS GABARITOS PRELIMINARES

JUSTIFICATIVA PARA MANUTENÇÃO OU ALTERAÇÃO DE GABARITOS PRELIMINARES

De acordo com o Edital de Abertura 01/2025, que rege este Concurso Público, argumentações inconsistentes, extemporâneas, que estiverem fora das especificações estabelecidas para a interposição, que contiverem questionamentos de natureza administrativa (por exemplo, relacionados às normas previamente estipuladas em Edital) não obterão resposta da banca avaliadora e, por isso, não terão respostas publicadas na *Internet*. Não serão computadas as questões não assinaladas na grade de respostas, nem as que contiverem mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível.

NÍVEL MÉDIO

MATÉRIA: LÍNGUA PORTUGUESA

CARGO(S): AGENTE DE TRANSPORTES, AUXILIAR ADMINISTRATIVO

QUESTÃO: 08 - MANTIDA alternativa 'D'. Vejamos a justificativa para a questão:

'Uns[1] estudos recentes[2], que acompanharam[3] cerca de 170 mil pessoas por mais de 10 anos, trouxeram[4] nuances importantes sobre como diferentes tipos de açúcar se relacionam com depressão, ansiedade e comportamentos de autoagressão'. O trecho totaliza quatro alterações obrigatórias, que estão em conformidade com as concordâncias verbal e nominal.

Diante do exposto, mantém-se o gabarito preliminar.

QUESTÃO: 09 - MANTIDA alternativa 'C'. Vejamos as justificativas para a questão:

A) Incorreta. Embora “enquanto” possa ter valor temporal, no contexto do estudo ele não indica uma contagem de tempo, mas sim uma comparação entre os grupos analisados.

B) Incorreta. O texto apresenta resultados de uma observação de 10 anos e não uma relação de dependência hipotética ou um requisito (condição).

C) Correta. A conjunção é utilizada para marcar o contraste ou oposição entre os efeitos negativos observados nos extremos de consumo e o efeito benéfico encontrado no equilíbrio.

D) Incorreta. A proteção da saúde mental não é descrita como o objetivo ou o propósito (finalidade) planejado para a existência do consumo de açúcar.

E) Incorreta. O termo não introduz o motivo ou a origem (causa) dos problemas emocionais, servindo apenas para confrontar duas situações distintas encontradas na pesquisa.

Diante do exposto, mantém-se o gabarito preliminar.

QUESTÃO: 10 - MANTIDA alternativa 'E'. Vejamos as justificativas para a questão:

- A) Incorreta. A oração está na voz ativa, pois o sujeito 'O cérebro' é o agente que pratica a ação de 'precisar'.
- B) Incorreta. Trata-se de voz ativa, visto que o sujeito 'O estudo' realiza a ação direta de 'avaliar' os dados da pesquisa.
- C) Incorreta. Apresenta voz ativa, em que o sujeito 'Restrições severas' é o agente causador do aumento dos hormônios de estresse no corpo.
- D) Incorreta. A oração está na voz ativa, indicando que o 'açúcar das frutas' é o agente que não produz (não age) o mesmo efeito negativo que os açúcares livres.
- E) Correta. Esta é uma estrutura de voz passiva analítica (verbo auxiliar 'ser' + particípio). O sujeito 'O açúcar' sofre a ação de ser processado pelo organismo, o que reflete a explicação técnica sobre o metabolismo mencionada nas fontes.

Diante do exposto, mantém-se o gabarito.

MATÉRIA: LEGISLAÇÃO

CARGO(S): AGENTE DE TRANSPORTES, AUXILIAR ADMINISTRATIVO

QUESTÃO: 17 - MANTIDA alternativa 'E'. A Lei orgânica do Município de Uruguaiana, quando apresenta sobre o Processo Legislativo e sobre as Leis, em seu artigo 76 diz:

Art. 76.

O processo legislativo compreende a elaboração de:

- I – emendas à Lei Orgânica;
- II – leis ordinárias e complementares;
- III – decretos legislativos;
- IV – resoluções;
- V – portarias.
- VI – consolidação das leis.

O enunciado pede que a análise da questão seja CONFORME A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE URUGUAIANA.

Portanto a alternativa 'E', Memorandos, NÃO faz parte dos documentos trazidos pela Lei orgânica e, portanto, deve ser assinalada como INCORRETA.

Mantém-se o gabarito.

QUESTÃO: 21 - MANTIDA alternativa 'E'. A questão solicita que se analise sob o prisma da Constituição Federal de 1988. Em seu artigo 216, a Carta apresenta que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza MATERIAL e IMATERIAL.

A alternativa 'E', indicada como INCORRETA, afirma que o patrimônio cultural brasileiro é constituído SOMENTE POR BENS DE NATUREZA MATERIAL. Portanto, essa assertiva da questão está em desconformidade com o texto Constitucional.

QUESTÃO: 22 - MANTIDA alternativa 'B'. A questão está sob a ótica da Lei 11.340/2006. A PRIMEIRA PARTE consta no artigo 7, IV, caracterizando a violência patrimonial contra a mulher, conforme expresso na lei. A SEGUNDA PARTE, está expressa no artigo 22, V da Lei, na seção que trata das medidas protetivas de urgência que obrigam O AGRESSOR. A TERCEIRA PARTE, sendo a única INCORRETA, consta no artigo 23, VI da Lei. A lei apresenta que dentre as medidas protetivas de urgência. À OFENDIDA, o juiz poderá conceder-lhe auxílio-aluguel. A questão apresentada diz que o auxílio-aluguel NÃO CONSTA dentre as medidas protetivas de urgência. Mantém-se o gabarito.

QUESTÃO: 25 - MANTIDA alternativa 'A'. O enunciado solicita que a análise das assertivas da questão seja analisada sob o prisma do Plano de Carreira do Legislativo - LC 46/2025. A PRIMEIRA ASSERTIVA consta no artigo 4º. Ao contrário do apresentado na questão, está sujeita à designação do Presidente do Poder Legislativo o QUADRO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA e não o quadro permanente. A SEGUNDA ASSERTIVA conflita com o disposto no artigo 14 do Plano de Carreira, uma vez que a norma prevê que o preenchimento das Funções de

Confiança previstas é privativo de servidores efetivos ou dos empregados públicos. Portanto, é possível o preenchimento por empregados públicos. A TERCEIRA ASSERTIVA está expressa, literalmente, no Plano de Carreira.

Portanto, mantém-se o gabarito preliminar.

MATÉRIA: INFORMÁTICA

CARGO(S): AGENTE DE TRANSPORTES, AUXILIAR ADMINISTRATIVO

QUESTÃO: 26 - MANTIDA alternativa 'D'. A alternativa 'D' é incorreta, pois afirma que a Área de Trabalho do Windows 10 é “fixa e imutável” e que seus ícones “não podem ser removidos, reorganizados ou ocultos”. Tais afirmações contradizem diretamente o funcionamento real do sistema operacional, que permite ao usuário adicionar, remover, reorganizar e ocultar ícones livremente, conforme documentado pela própria Microsoft. As demais alternativas descrevem corretamente componentes da interface do Windows 10, não apresentando qualquer impropriedade técnica. Assim, não há ambiguidade, não há dupla interpretação possível e não existe outra alternativa incorreta, devendo, portanto, ser mantido o gabarito.

QUESTÃO: 27 - MANTIDA alternativa 'E'. Após análise da questão, conclui-se que não há qualquer impropriedade técnica, conceitual ou semântica na formulação da questão 27, tampouco nas três assertivas avaliadas. A alternativa 'E' (I, II e III) permanece correto e será mantida.

A questão delimita claramente o escopo como sendo “aplicações práticas de IA generativa no cotidiano”, o que abrange usos amplamente difundidos entre usuários comuns, sem restringir o contexto a ambientes corporativos, governamentais ou regulamentados. Assim, as assertivas devem ser interpretadas conforme o uso cotidiano e popular dessas ferramentas, e não sob perspectivas normativas, jurídicas ou de integração técnica avançada. No que se refere à assertiva I, o texto descreve atividades rotineiras — criação de listas, organização de rotinas, redação de e-mails e apoio ao agendamento de compromissos — que representam usos amplamente reconhecidos de ferramentas de IA generativa por usuários comuns. O termo “agendamento de compromissos” deve ser compreendido em seu sentido cotidiano: auxílio na organização da agenda, sugestão de horários, elaboração de cronogramas e apoio ao planejamento pessoal. A assertiva não afirma que a ferramenta executa ações diretas em calendários externos, mas sim que apoia o processo de organização, o que é verdadeiro e amplamente praticado. Quanto à assertiva II, ela descreve corretamente o uso de inteligência artificial em sistemas de recomendação de plataformas de streaming. A assertiva não afirma que tais sistemas são “IA generativa”, mas apenas que utilizam IA — o que é tecnicamente correto e compatível com o enunciado, que trata de aplicações de IA generativa no cotidiano, sem excluir a menção a outras aplicações de IA amplamente utilizadas. A assertiva III também está correta ao afirmar que ferramentas de IA generativa podem auxiliar na otimização de processos de trabalho e aumento de eficiência, o que é amplamente documentado e observado em ambientes corporativos e profissionais.

Dessa forma, todas as assertivas são verdadeiras, não havendo contradição, ambiguidade ou erro conceitual que justifique alteração de gabarito ou anulação da questão.

QUESTÃO: 29 - MANTIDA alternativa 'A'. Após análise, conclui-se que não há qualquer erro material, técnico ou conceitual na alternativa indicada como correta. O gabarito, indicado na alternativa 'A', permanece plenamente válido. A alternativa 'A' afirma que o Microsoft Edge possui o Leitor Imersivo, descrevendo corretamente sua funcionalidade: transformar páginas da web em um layout limpo, com opções de personalização que facilitam a leitura. Essa afirmação é verdadeira e corresponde exatamente ao que o navegador oferece. O recurso apresentado parte de uma interpretação equivocada do termo “exclusivo”. A alternativa não afirma que o Leitor Imersivo é exclusivo do Edge em toda a plataforma Microsoft, mas sim que é um recurso do Edge, o que é absolutamente correto. O fato de a tecnologia também existir em outros produtos da Microsoft — como Word, OneNote, Outlook, Teams e outros — não invalida sua presença como recurso nativo do navegador. A questão não exige que o recurso seja exclusivo do Edge em toda a empresa, mas apenas que seja um recurso do Edge, o que é tecnicamente verdadeiro.

Além disso, todas as demais alternativas apresentam afirmações objetivamente falsas:

O Edge possui integração com Office Online, OneDrive e Teams (B incorreta).

O Edge oferece navegação InPrivate, não apenas pública (C incorreta).

O Edge permite abas verticais, recurso amplamente divulgado (D incorreta).

O Website Typo Protection não é ferramenta acadêmica, mas sim de segurança contra sites digitados incorretamente (E incorreta).

Assim, a alternativa 'A' é a única correta, e a questão está clara, objetiva e sem margem para ambiguidade.

MATÉRIA: MATEMÁTICA/RACIOCÍNIO LÓGICO

CARGO(S): AGENTE DE TRANSPORTES, AUXILIAR ADMINISTRATIVO

QUESTÃO: 37 - ANULADA. Após análise, verificou-se que a questão apresenta duas alternativas que podem ser consideradas corretas, por esse motivo, decide-se pela sua anulação, conforme explicação abaixo:

As proposições apresentadas estão conectadas pela condicional "se ... então". Quando uma das proposições é negada, as demais por condicionalidade são negadas. Sendo assim, as alternativas 'A' e 'E' são verdadeiras.

QUESTÃO: 38 - MANTIDA alternativa 'C'. A questão deve ser mantida, conforme explicação apresentada abaixo:

raio: $2m = 200\text{ cm}$

$V = \pi \cdot r^2 \cdot h$

$V = 3,14 \cdot 200^2 \cdot 80 =$

$V = 10\,048\,000\text{ cm}^3$

$1\text{cm}^3 = 0,001\text{L}$

Volume da piscina em litros : 10 048L

NÍVEL SUPERIOR

MATÉRIA: LÍNGUA PORTUGUESA

CARGO(S): PROCURADOR JURÍDICO LEGISLATIVO

QUESTÃO: 10 - MANTIDA alternativa 'E'. A questão e seu gabarito devem ser mantidos, conforme explicação abaixo:

A) Incorreta. A palavra 'sucesso' apresenta apenas um dígrafo consonantal ('ss'). A letra 'c' representa o fonema /s/, mas não constitui dígrafo, pois a letra seguinte é uma vogal que não se funde a ela para formar um único som consonantal.

B) Incorreta. O fonema inicial de 'cisnes' é /s/, classificado como uma fricativa alveolar surda (sem vibração das cordas vocais). Um fonema sonoro correspondente seria o /z/.

C) Incorreta. No substantivo 'leitura', o encontro vocálico 'ei' é um ditongo decrescente (permanecem na mesma sílaba: lei-tu-ra). No hiato, as vogais estariam em sílabas distintas.

D) Incorreta. Em 'aquilo', o grupo 'qu' é um dígrafo (a letra 'u' não é pronunciada). Portanto, a palavra possui cinco fonemas para seis letras, e não seis fonemas.

E) Correta. O vocábulo 'choque' possui dois dígrafos: 'ch' (representando o fonema /ʃ/) e 'qu' (representando o fonema /k/). Embora possua seis letras (C-H-O-Q-U-E), é composta por apenas quatro fonemas (/f//o//k//i/).

MATÉRIA: LEGISLAÇÃO

CARGO(S): PROCURADOR JURÍDICO LEGISLATIVO

QUESTÃO: 14 - MANTIDA alternativa 'B'. A questão apresentada tem seu conteúdo sob o prisma do Plano de Carreira do Legislativo de Uruguiana - LC 46/2025. Todas as assertivas estão tratadas no artigo 15 - adicional de qualificação. A primeira assertiva, falsa, está no artigo 15, III, do Plano de Carreira. O adicional sobre o vencimento

básico para a certificado de especialização é de 20% (vinte por cento) e não de 15% (quinze por cento) como consta na questão. O percentual de 15% (quinze por cento) é previsto para certificado de graduação.

A segunda e a terceira assertiva, verdadeiras, estão previstas, literalmente, nos artigos 15, § 1º e 15, V, respectivamente.

Portanto, mantém-se o gabarito.

QUESTÃO: 24 - MANTIDA alternativa 'E'. A questão versa sob o prisma da Lei 13.694/2011 e todas as assertivas constam nessa norma legal. A assertiva 'I', correta, está prevista no artigo 1º, § 3º. A assertiva 'II', ÚNICA INCORRETA, apresenta a definição de discriminação racial - prevista no artigo 1º, § 2º, e não de desigualdade racial, como indicado na assertiva. A assertiva 'III', correta, sobre ações afirmativas, consta no artigo 1º, § 4º.

Dessa forma, mantém-se o gabarito.

MATÉRIA: INFORMÁTICA

CARGO(S): PROCURADOR JURÍDICO LEGISLATIVO

QUESTÃO: 27 - MANTIDA alternativa 'A'. Após análise, conclui-se que não há erro conceitual na alternativa indicada como correta, razão pela qual o gabarito 'A' deve ser mantido. A questão trata do modo de navegação privada/anônima em navegadores, em contexto de prova de conhecimentos gerais de informática, em nível introdutório. Nesse contexto, a assertiva I, ao afirmar que a navegação privada “mantém a privacidade e a segurança das informações”, e a assertiva II, ao explicar que esse modo não armazena histórico, cookies e dados temporários após o encerramento da sessão, estão em conformidade com o entendimento usual adotado em materiais didáticos e manuais básicos de informática.

É importante destacar que, no âmbito da questão, a expressão “privacidade e segurança das informações” refere-se, de forma clara, à proteção dos dados do usuário no próprio dispositivo, especialmente contra o acesso por terceiros que utilizem o mesmo computador ou navegador. Ou seja, o modo de navegação privada impede que outras pessoas que venham a usar o mesmo equipamento tenham acesso ao histórico de navegação, cookies e dados de sessão, o que efetivamente aumenta a privacidade e a segurança das informações locais.

O recurso apresentado desloca a discussão para um nível de detalhamento técnico que extrapola o escopo da questão, abordando temas como: visibilidade de IP, rastreamento por provedores, interceptação de tráfego, fingerprinting e ameaças avançadas. Tais aspectos, embora verdadeiros em um contexto de segurança da informação em profundidade, não são objeto da questão, que se limita ao comportamento do modo de navegação privada em relação ao armazenamento local de dados. A assertiva I não afirma, em nenhum momento, que a navegação privada garante anonimato absoluto na internet, nem que impede rastreamento por provedores, governos ou sites maliciosos. Ela apenas afirma que esse modo “mantém a privacidade e a segurança das informações”, o que, à luz da explicação da assertiva II — ausência de registro local de histórico, cookies e dados temporários — é verdadeiro no contexto proposto. Há, portanto, relação lógica de causa e efeito entre as duas assertivas: ao não armazenar esses dados no dispositivo, o modo privado contribui para a proteção da privacidade e segurança das informações do usuário frente a outros usuários do mesmo equipamento. Assim, não há contradição, nem erro conceitual na construção da alternativa 'A'.

MATÉRIA: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO(S): PROCURADOR JURÍDICO LEGISLATIVO

QUESTÃO: 31 - MANTIDA alternativa 'B'. Questinou-se a possibilidade de estar correta a alternativa 'D', que indica que o poder de polícia somente pode ser delegado a autarquias e departamentos públicos especializados. Entretanto, a referida alternativa destoa do entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Tema STF n. 535, que preconiza o seguinte: “É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial”. Portanto, mantém-se o gabarito.

QUESTÃO: 32 - MANTIDA alternativa 'C'. A alternativa indicada como correta reproduz a regra constante do art. 25 da Lei n.º 12.016/2009, que é reforçada pelos enunciados de Súmulas n.º 105 do STRJ e 512 do STF, no sentido de que em Mandado de Segurança não há condenação em honorários advocatícios. A legislação não dispensa pagamento de custas em Mandado de Segurança.

QUESTÃO: 35 - MANTIDA alternativa 'B'. Questionou-se o gabarito que indicou como correta a alternativa 'B', que indica como correta a interposição do recurso de Agravo de Petição. O enunciado da questão é o seguinte: 'Foi proferida sentença em liquidação trabalhista, resolvendo as impugnações e definindo o valor devido a ser pago pelo Município de Uruguaiana-RS. Embora a decisão não apresente obscuridade, omissão, contradição ou erro material, o Procurador do Município, descontente com o valor fixado, pretende interpor recurso.' Veja-se que o enunciado, ao indicar que definiu o valor a ser pago na fase de Cumprimento de Sentença deixa evidenciada a aplicação do disposto no art. 897 da CLT, que indica, para o caso, o recurso de Agravo de Petição. Por esse motivo, mantém-se o gabarito.

QUESTÃO: 37 - MANTIDA alternativa 'C'. O enunciado indica que 'em demanda judicial de procedimento comum proposta pelo Município de Uruguaiana-RS o magistrado de primeiro grau proferiu decisão reconhecendo a prescrição em relação a um dos demandados e o prosseguimento do feito em relação aos demais réus'. Logo, a hipótese enseja a aplicação do disposto no art. 1.015, II do Código de Processo Civil, que aponta como adequado o recurso de Agravo de Instrumento. Por esse motivo, mantém-se gabarito.

QUESTÃO: 38 - MANTIDA alternativa 'E'. No enunciado é apresentada a seguinte hipótese: 'O Município de Uruguaiana-RS ajuizou ação reivindicatória na Justiça Estadual. O magistrado constatou a necessidade de formação de litisconsórcio passivo, determinado a emenda da petição inicial para a inclusão do cônjuge do demandado'. Assim, é questionado qual o prazo para o Procurador Municipal atender ao comando de emenda da inicial. O art. 321 do Código de Processo Civil aponta que a emenda da petição inicial deve ser realizada no prazo de 15 dias. Considerando que os entes públicos possuem prazo em dobro para se manifestar nos autos, o prazo judicial, no caso é de 30 dias. Logo, correta a alternativa 'E'.

1 - Procurador Jurídico Legislativo									
01 - B	02 - D	03 - A	04 - D	05 - E	06 - B	07 - C	08 - C	09 - A	10 - E
11 - D	12 - E	13 - B	14 - B	15 - A	16 - D	17 - C	18 - A	19 - E	20 - B
21 - A	22 - C	23 - D	24 - E	25 - C	26 - E	27 - A	28 - D	29 - B	30 - C
31 - B	32 - C	33 - D	34 - A	35 - B	36 - A	37 - C	38 - E	39 - D	40 - E
									Assinatura Eletrônica: 16647.75
2 - Agente de Transportes									
01 - B	02 - E	03 - C	04 - D	05 - B	06 - E	07 - D	08 - D	09 - C	10 - E
11 - A	12 - A	13 - D	14 - A	15 - C	16 - D	17 - E	18 - B	19 - A	20 - D
21 - E	22 - B	23 - C	24 - C	25 - A	26 - D	27 - E	28 - B	29 - A	30 - C
31 - E	32 - A	33 - B	34 - C	35 - E	36 - D	37 - *	38 - C	39 - D	40 - B
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 25320
3 - Auxiliar Administrativo									
01 - B	02 - E	03 - C	04 - D	05 - B	06 - E	07 - D	08 - D	09 - C	10 - E
11 - A	12 - A	13 - D	14 - A	15 - C	16 - D	17 - E	18 - B	19 - A	20 - D
21 - E	22 - B	23 - C	24 - C	25 - A	26 - D	27 - E	28 - B	29 - A	30 - C
31 - E	32 - A	33 - B	34 - C	35 - E	36 - D	37 - *	38 - C	39 - D	40 - B
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 25320

Assinatura Eletrônica Total: 67287.75.